

**A (in)visibilidade da monstruosidade do corpo
deficiente na/pela história e a produção
de sentidos na contemporaneidade**

**The (in)visibility of the disabled body monstrosity
in/for the history and the production of
meanings in the contemporary times**

ÉRICA DANIELLE SILVA*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM/BRASIL)

RESUMO

Filiando-nos aos pressupostos teóricos de Michel Foucault, tomamos como objeto de reflexão o sujeito deficiente, inquietados pelas estratégias e mecanismos linguístico-discursivos que promovem a (in)visibilidade da pessoa com deficiência na/pela história. Neste texto, objetivamos compreender a monstruosidade do corpo como um dispositivo do olhar cujas técnicas são moldadas e atualizadas de acordo com o investimento político dispensado ao corpo deficiente em condições de produção específicas. Para tanto, levantamos as condições de existência dos discursos que constituem a monstruosidade do corpo deficiente até o século XIX e discutimos, a partir de enunciados efetivamente produzidos,

*Sobre a autora ver página 156, no final do artigo.

como esse regime do olhar produz sentidos em condições de produção outras.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito com deficiência; Monstruosidade; Memória discursiva; Análise do Discurso.

ABSTRACT

Following the theoretical assumptions of Michel Foucault, we take as the object of reflection the disabled people, disquieted by the strategies and linguistic-discursive mechanisms that promote the (in)visibility of disabled people in/for the history. In this text, we aim at understanding the monstrosity of the body as a device whose techniques are molded and updated according to the policy investment dispensed to the disabled people in specific production conditions. Therefore, we raise the living conditions of the discourses that constitute the monstrosity of the disabled body until the nineteenth century and discussed, from statements actually produced, how this looking regime produces senses in other production conditions.

KEYWORDS: *Disabled people; Monstrosity; Discursive Memory; Discourse Analysis.*

1 Algumas considerações iniciais

O estudo aqui apresentado integra uma pesquisa de maior âmbito, que vem sendo desenvolvida há alguns anos no interior do Grupo de Estudos em Análise do Discurso – GEDUEM (CNPq-UEM). Partimos de um estudo desenvolvido em uma dissertação de mestrado, que, à luz do aporte teórico da Análise de Discurso de linha francesa, investigou a constituição identitária do sujeito com deficiência nas práticas discursivas midiáticas na contemporaneidade, tendo em vista a crescente visibilidade conferida às materialidades significantes que versam sobre a inclusão de pessoas com deficiência, sobretudo na mídia televisiva. Fixando-nos em entremeios do que sugerem as reflexões de Michel Foucault, ao tratar dos fatos da história e de como as pessoas com deficiência foram neles inscritos, rompemos com a cronologia ampla marcada pelas unidades de tempo, o que possibilitou a sistematização de três domínios possíveis de análise: (a) a monstruosidade do corpo, (b) o perigo do corpo ocioso e

(c) a institucionalização do corpo (SILVA, 2010).

Notamos que desde a origem da humanidade, sempre esteve presente na sociedade uma relação tensa entre o que é considerado “normal” e o anormal, devido ao estranhamento causado pelo contato com a diferença física. E essas relações imbricaram em regimes de verdade que permitiram o reconhecimento e o tratamento das pessoas com deficiência em determinados dispositivos de ordem política, econômica e cultural e, conseqüentemente, em mecanismos de exclusão/inclusão que possibilitaram o controle da população na/pela história.

Discutir, então, sobre os discursos sobre o corpo deficiente implica adentrar em um terreno perigoso, uma vez que esse corpo se constitui de estruturas dinâmicas e simbólicas que mascaram e/ou confundem as possibilidades de significação e definição, tornando-se, assim, um elemento emblemático na sociedade contemporânea.

Neste texto, inserimo-nos neste campo e nos concentramos em um dos regimes do olhar sistematizados no trabalho dissertativo, com o objetivo de compreender a monstruosidade do corpo como um dispositivo do olhar cujas técnicas são moldadas e atualizadas de acordo com o investimento político e detalhado dispensado ao corpo deficiente em condições de produção específicas. A partir do levantamento das condições de existência dos discursos que constituem a monstruosidade do corpo deficiente em vigor, sobretudo até o século XIX, verificaremos como esse regime de olhar produz sentidos em outros dois enunciados efetivamente produzidos em condições de produção outras.

2 A exposição de monstros: a curiosidade pelo bizarro

A curiosidade pelo bizarro, enquanto forma de cultura visual, pode ser considerada uma das formas mais inquietantes e intolerantes de tratamento dos monstros no século XIX. Reservou-se àqueles considerados monstros um regime particular de visibilidade, segundo o qual eram expostos em feiras, circos e parques como forma de divertimento familiar¹.

¹No Brasil, a exposição de seres humanos como forma de controle e ordem não eram dedicadas apenas às anormalidades físicas, mas, segundo Lobo, “expunham-se a pequenas multidões os penitenciados à excreção pública dos autos-de-fé, os escravos supliciados nos pelourinhos, os condenados à forca” (LOBO, 2008, p. 73).

Para ser exposto como monstruosidade o indivíduo deveria ter uma marca física ou um dom incomum: irmãos siameses, homem-tronco, homem tatuado, mulher barbada, gigante, anão, engolidor de espadas e levantador de pesos são alguns exemplos. Entretanto, conforme relata Lobo (2008), além de atrair o público pela característica física, os sentidos da monstruosidade eram construídos por um conjunto de práticas complexas e variadas. Para cada personagem era criada uma história, um cenário, um figurino e até um fundo musical apropriado, atribuindo-lhe uma identidade.

Nos entremeios dos campos científico, educativo, da seriedade, da farsa e do humor, os personagens portadores de alguma deficiência física ou mental não eram tratados como doentes, já que até então não eram tomados como objeto pela medicina. Não sendo dignos de piedade, o apresentador raramente apelava para os sentimentos de pena ou simpatia do espectador (LOBO, 2008, p. 72).

Nota-se que, nessa prática, a anormalidade se configura como condição de possibilidade para a constituição da normalidade, isso porque, uma vez expostos numa espécie de zoológico humano, os monstros funcionam como dispositivos exóticos que ensinam à civilização os desvios que podem ser prevenidos por práticas higiênicas, ou mostram que existe uma exceção que confirma a regra. Courtine traz uma importante contribuição para essa reflexão. Para ele,

esta foi, portanto, uma das formas essenciais da formação do poder de normalização na virada do século: a extensão do domínio da norma se realizou através de um conjunto de dispositivos de exibição do seu contrário, de apresentação da sua imagem invertida. Sem necessidade alguma de meios coercitivos, no entanto, para essa pedagogia de massa, bem o contrário de um espaço panóptico e de uma vigilância de estado: uma rede frouxa e disseminada de estabelecimentos de espetáculo, privados ou públicos, permanentes ou efêmeros, sedentários ou nômades, primícias e, depois, a formação de uma indústria da diversão de massa que distrai e fascina (COURTINE, 2008, p. 261).

Essa forma curiosa de olhar o espetáculo das deformidades foi acompanhada por um poderoso meio de disseminação: a fotografia. Courtine (2008) relata que os espectadores levavam de recordação do seu encontro com as aberrações um cartão postal ou um cartão de visita ilustrado, que passaram a ser produzidos em massa, sobretudo com os progressos da tecnologia fotográfica, a partir de 1860. O valor comercial alcançado por esses cartões indica a importância da contemplação de imagens e a exploração de uma cultura visual de massa.

Nesse âmbito, a imagem cumpre seu papel de “descoberta visual” (AUMONT, 1993, p. 81), ou seja, sua função é garantir, reforçar, reafirmar e explicitar a relação com o mundo visual/real para que seja aperfeiçoada e mais bem dominada. Essa abordagem está relacionada com a função representativa e simbólica da imagem, compreendida respectivamente como reconhecimento e rememoração, por Aumont (1993, p. 81). Tal dicotomia permite que o sujeito reconheça e identifique na imagem o que pode ser visto no real, bem como as possíveis distorções decorrentes de sua representação. Nesse processo, enquanto instrumento de rememoração, a imagem apresenta de forma codificada o saber sobre o real, de forma legível e em constante atualização.

As condições de existência da imagem parece encontrar apoio também na perspectiva discutida por Davallon (2007), que trata a imagem como um operador da memória social, revelando que

o que nos conduzirá talvez a encarar a imagem sob um prisma particular: menos a nos interessar pelo que a imagem pode representar (os objetos do mundo), ou ainda pela informação que ela pode oferecer, nem mesmo pelo modo como ela efetua um ou outro desses processos, do que a prestar atenção à maneira como certa imagem concreta é uma produção cultural – quer dizer, a levar em consideração sua eficácia simbólica) [...] Esse estado de coisas abre, como aliás insistem em nos fazer observar, a uma liberdade de interpretação (o que quer dizer o conteúdo “legível”, ou antes “dizível”, pode variar conforme as leituras); mas o que faz também – e não se poderia esquecer este ponto – com que a imagem comporte um programa de leitura: ela assinala um certo lugar ao espectador e ela pode

“rentabilizar” por si mesma a competência semiótica e social desse espectador. Este é um fato bastante conhecido pelos publicitários (DAVALLON, 2007, p. 28-29).

Tais proposições realçam a função das imagens veiculadas nos cartões postais e de visitas levados como lembrança do encontro com as aberrações humanas, no século XIX. Que efeitos essas imagens provocavam, a ponto de serem mantidas como recordação em álbuns de famílias? Um dos possíveis efeitos que poderia ser considerado é o registro de elementos visuais que reconstituíam a cena real, o qual, associado à espetacularização do corpo deficiente, reforçava a sensibilidade da época e explicitava a relação dos sujeitos-espectadores com a monstruosidade real.

Nas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século seguinte, a convenção do retrato de estúdio se tornou frequente na exibição fotográfica dos monstros, configurando-se como “um dos sinais de um desejo de normalização das monstruosidades humanas: fazer a sua inscrição no quadro banal que acolhe na maioria das vezes a imagem dos indivíduos ordinários” (COURTINE, 2008, p. 283). Revela-se aí a paradoxal propriedade do corpo monstruoso: ao se tentar normalizar esse corpo monstruoso em cenários familiares, ele não tornaria estranho tais cenários?

Com efeito, Courtine (2008, p. 288) observa que no século XIX há uma ruptura na concepção de monstruosidade, fundamentada pela “invenção de uma teratologia científica, baseada nos progressos da embriogenia e da anatomia comparada”. A concepção de monstruosidade como manifestação diabólica ou divina se insere em uma ordem igualmente subordinada a leis, assim como a normalidade. Tomado como objeto de estudo pela medicina e pela biologia, o corpo monstruoso é observado racionalmente. Essa racionalização da curiosidade constitui importante fator na mutação da sensibilidade do olhar sobre as deformidades do corpo: o corpo monstruoso é um corpo humano e o seu sofrimento vai despertar compaixão.

Courtine (2008) explica que nesse processo o corpo enfermo progressivamente se dissocia da monstruosidade e se torna objeto da ciência, que foca a sua reabilitação. Esse projeto se estende entre o final do século XIX e meados do século XX, contemplando a criação de instituições e técnicas ortopédicas, o que favorecia a reinserção do corpo deficiente na sociedade, por meio do trabalho.

O estudioso salienta que a enfermidade foi reconhecida com mais clareza pela sociedade depois da Primeira Guerra Mundial. Os inúmeros soldados mutilados ou com traumas psíquicos que voltavam da guerra, juntamente com os acidentados de trabalho produziram um discurso de assistência, despertando conseqüentemente a solidariedade coletiva. A sociedade reconhece, assim, num universo de culpa e obrigações morais, sua dívida para com a deficiência corporal. Se o século XIX separou o monstro do enfermo, o período entre as duas guerras substituiu o enfermo pelo mutilado. A invalidez, uma vez considerada uma falha que pode desaparecer, estende-se a todas as formas de deficiência corporal.

Deste modo, teria a ciência restabelecido o monstro em seus direitos à humanidade biológica, o direito o teria acolhido no seio das pessoas jurídicas, e o aumento de um sentimento de compaixão, secundado pelo desenvolvimento de uma medicina restauradora e assistencial, teria levado a cabo a volta à comunidade dos humanos daqueles que haviam sido excluídos tanto tempo dela. Sem dúvida, pode-se aceitar as grandes linhas desta história da humanização dos monstros. Ela foi, no entanto, mais ambígua, muitas vezes mais sombria, às vezes trágica (COURTINE, 2008, p. 306-307).

É após a Segunda Guerra Mundial que a exibição dos monstros humanos em seus moldes tradicionais desaparece. A percepção do monstro como humano fez com que o espectador reconhecesse não mais a diferença, mas a semelhança na deformidade do corpo. A complexa mudança da ordem do outro para a ordem do idêntico é, segundo Courtine (2008), responsável pelo abandono dos dispositivos tradicionais de exibição do anormal. Dessa forma, por volta de 1931 os

zoológicos humanos desaparecem, assim como os espetáculos “entra-e-sai” nos parques e circos. Nestes últimos, os espetáculos passaram a ser problematizados enquanto circulação urbana e caso de saúde pública, e não mais como controle dos olhares.

Nesse processo, os monstros reaparecem ressignificados em outros campos visuais. O olhar do público se desperta para a ilusão de ótica, alimentada pela invenção do cinematógrafo, na virada do século. Segundo Courtine (2008, p. 318), “essa transformação dos corpos em signos permite ao parque de diversão e aos museus de curiosidades oferecerem, sob uma forma desmaterializada, ao mesmo tempo distanciada e realista, espetáculos cuja percepção direta e brutal as sensibilidades não suportam mais.” O cinema é, assim, responsável pelo prolongamento e aperfeiçoamento das ilusões visuais dos parques de diversão, nos quais o corpo encontra uma ‘segunda via’ que, livres de coerção, veem multiplicar-se nos filmes de terror, gênero próspero na cultura visual nos anos 1920: *Frankenstein*, *Drácula*, *Freaks* e *King Kong*, entre outros (COURTINE, 2008)².

Courtine (2008) sugere que a irrupção da exibição do corpo monstruoso em feiras deu lugar a um fluxo contínuo de signos, o qual acelerou ainda mais com o advento da televisão. Nesse processo, os rituais de catarse se tornam permanentes, embora com o poder de desestabilização do olhar reduzido. “Condenadas a um eterno retorno, as monstruosidades virtuais da tela só inquietam para tranquilizar melhor, sem jamais alcançar dissipar uma impressão persistente de *déjà vu*.”

3 O repúdio às práticas de exposição do monstro

A vergonhosa mulher-macaco

No Parque Dom Pedro, aqui em São Paulo, há espetáculos horrendos. São pessoas que ganham a vida explorando a classe

² Courtine (2008, p. 328-329) atribui aos estúdios Disney o mérito de “ter levado à última lógica um comércio monstruoso”. Isso porque a empresa percebeu o lucro comercial que poderia ter ao transformar as ficções monstruosas em artigos de consumo para o público em geral: brinquedos, álbuns de figurinha, lenços, bonés e parques temáticos. Em suas versões mais recentes, nota-se o total rompimento com o choque perceptivo diante da deformidade. Ogros benevolentes e monstros com medo das crianças fazem parte da literatura infantil e do cinema de animação.

baixa, através de diversões inescrupulosas. No princípio de janeiro pude presenciar um tumulto no local: pessoas correndo como loucas após assistirem uma mulher se transformar em macaco. E por incrível que pareça as pessoas pagavam para assistir tal vexame. E as autoridades onde estão? Por que não tomam uma atitude? Será que a população não tem nada melhor para fazer? MARCIA LACYS (São Paulo, Capital).

O texto que abre esta sessão é uma carta de uma leitora, publicada no Folhetim, suplemento do jornal Folha de São Paulo, em 25 de Janeiro de 1981, que se dedicou inteiramente aos deficientes físicos, intitulando-se “Deficientes físicos – nem inúteis, nem coitados”. Filiando-nos a Foucault, levantamos o seguinte questionamento: quais as condições de produção que permitiram a formulação desse enunciado, neste ano, neste jornal?

Conforme sinalizado no final da sessão anterior, a partir do século XX, sobretudo depois da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os empreendimentos voltados para a assistência das pessoas com deficiência passaram a contemplar a reabilitação desses sujeitos. Silva (1987) ressalta que os estudiosos do movimento de reabilitação provocaram, nesse período, “um intercâmbio de informações e de sugestões entre todos os que se interessavam pelo problema, estabelecendo uma espécie de organização internacional de caráter informal”. O período pós-guerra, além de causar mudança de sensibilidade diante do corpo monstruoso, estimulou programas de reabilitação, possibilitando serviços gratuitos para as pessoas que portavam deficiências devido à atividade militar, tal como na França, país que garantiu, gratuitamente, para a pessoa “incapacitada” fisicamente, a inscrição em uma escola profissionalizante para que ela pudesse ser recolocada no mercado de trabalho, além de cuidados médicos, aparelhos ortopédicos e cadeiras de rodas (SILVA, 1987).

A conscientização de programas mais amplos de incentivo à reabilitação física, que também se estendessem à deficiência mental e às deficiências sensoriais, ganhou força com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Sensibilizadas pela causa da deficiência,

organizações internacionais, comandadas pela Organização das Nações Unidas, entre elas o Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Refugiados e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) desenvolveram um contínuo e silencioso trabalho a fim de que a reabilitação chegasse à maioria dos países do mundo. No Brasil, em 1956, por iniciativa de Jânio Quadros, então Governador de São Paulo, foi criado o Instituto Nacional de Reabilitação, na USP, que se tornou o primeiro centro de reabilitação global do Brasil e modelo para futuros empreendimentos dessa natureza.

Dentre as medidas de alcance universal, aprovadas pela Assembleia Geral da ONU, destacam-se as Declarações dos Direitos das Pessoas com Retardo Mental, em 1971, e a dos Direitos das Pessoas Deficientes³, em 1975. Ambas tiveram por finalidade estabelecer formas de conduta para o tratamento equânime da questão, tendo em vista a assistência à deficiência física preponderar sobre as demais. Nos dois documentos, o termo “pessoa deficiente” corresponde a “qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais”. A partir dessa época, oficializa-se o direito ao exercício pleno de cidadania aos sujeitos com deficiência: saúde, educação, moradia e capacitação profissional, condição para torná-lo útil e produtivo à sociedade, um corpo dócil.

Inúmeras medidas, de iniciativa estatal e de organizações não governamentais, voltadas à conscientização sobre a deficiência foram tomadas por organizações públicas e particulares, tal como ocorreu com a promulgação do Ano Internacional da Pessoa Deficiente (Resolução 31/123, em 1976), pela ONU, em 1981. Com o tema “Participação plena e igualdade” e com o objetivo de “dar condições para a implementação

³Ambos dão expressão concreta aos princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adaptada e promulgada em 1948. Podem ser lidas na íntegra no site <http://www.faders.rs.gov.br/porta1/index.php?id=legislacao&cat=6> (Acessado em 12/03/2010).

das resoluções anteriores, pela conscientização do mundo todo quanto à problemática das pessoas portadoras de deficiências” (SILVA, 1987, p. 329), o projeto deu visibilidade à extensão do problema instaurado por milênios de discriminação e de desvalorização do deficiente (SILVA, 1987).

Importa destacar que, ao estabelecer um “Ano Internacional”, a ONU cria condições de possibilidade de os questionamentos estarem acontecendo somente naquele período. No entanto, Silva lembra que essa ação é importante para que a comunidade internacional tenha reconhecido a existência de um problema que afeta a população, e possa, com isso, encontrar soluções em ações conjuntas de cooperação. “E o problema que estamos analisando é, de fato, o intolerável problema de ‘meio bilhão de pessoas’ que se vê à margem de tudo e não desfruta de seus direitos” (SILVA, 1987, p. 329).

O Ano Internacional da Pessoa Deficiente foi entendido, assim, como um programa de ação mundial que permitiria a tomada de medidas que visassem à participação plena das pessoas com deficiência, na vida social. Por um lado, significou um marco na conscientização sobre a problemática das pessoas com deficiência. Ao despertar a atenção para esse grupo marginalizado, várias instituições foram criadas pelo mundo. Por outro lado, a elevação das prioridades governamentais e outras mudanças de atitudes realizadas em um ano não bastaram, evidentemente, para apagar milênios de discriminação e desvalorização (SILVA, 1987).

E, por que um número do Folhetim desenvolvido inteiramente sobre os deficientes físicos e ao ano a eles dedicado?

O Folhetim é considerado como um dos mais importantes cadernos semanais de cultura da segunda metade do século XX. Sua relevância pode ser dimensionada pela alta qualidade de seu conteúdo, sempre produzido por profissionais de prestígio, e pelo tempo que circulou ininterruptamente – 12 anos, entre 23 de janeiro de 1977 e 25 de março de 1989 -, apesar de ter sofrido várias alterações na linha editorial.

Conforme sistematiza Polacow (2007), a trajetória do suplemento do jornal Folha de São Paulo pode ser dividida em três fases essenciais:

1. Janeiro de 1977 a início de 1979: seu editor era Tarso de Castro. Com a pretensão de ser um caderno de leitura e humor, circulava aos domingos e trazia também informações sobre a programação de televisão, cinema, shows e outras atrações culturais.
2. 1979 a 1982: Oswaldo Mendes foi o editor, seguido de Jaime Klintowitz e Maria Carneiro da Cunha. Nesta fase, o suplemento aproxima-se da academia e se propõe a servir de arena para o debate social e o político.
3. 1982 até sua extinção em 1989: foi editado por Mario Sergio Conti e posteriormente por Rodrigo Naves. A principal característica desse período a publicação de ensaios cada vez mais especializados, optando por uma apreensão mais refinada da cultura.

Importa destacar que cada uma dessas fases correspondeu às necessidades mercadológicas do jornal que o produzia, refletindo o anseio público gerado pelas transformações sociais desencadeadas pela abertura política e, também, a necessidade de uma legitimação da imagem de identificação do jornal pelo seu público leitor. É interessante observar que a extinção do suplemento também se deveu à inscrição de uma nova ordem, predominantemente mercadológica, que refletia a desordem do mercado nacional, o que fez com que o jornal adotasse uma postura de apresentação e venda de produtos em detrimento de reflexões.

A carta do leitor que transcrevemos no início dessa sessão, foi publicada na fase em que o Folhetim se tornou um espaço de debate público e democrático. O suplemento buscava manter em evidência a recente conquista da cidadania e da democracia e destinava-se a todos os seguimentos marginalizados na sociedade brasileira. O número em que foi publicada a carta também está entre aqueles que foram monotemáticos (de 30 de setembro a 10 de fevereiro de 1980), o que teve como consequência a aproximação com a universidade e a configuração de uma nova roupagem ao suplemento que deixava de ser um caderno de variedades.

Em meio aos textos que ilustram as expectativas de participação política, liberdade, justiça, educação e cultura por parte dos sujeitos com

deficiência física, encontramos a carta da leitora Marcia Lucys sobre o testemunho do que poderíamos chamar de uma prática de contemplação do bizarro. A partir do relato, notamos que a curiosidade pelo bizarro não produz mais o mesmo sentido que aquele do século XVIII, na configuração social histórica e econômica no Ano Internacional do Deficiente.

Nessa nova ordem, o dispositivo do olhar que toma o corpo deficiente como um monstro deve ser apagado e, ao apelar para “as autoridades” inscreve essa prática no discurso da lei. Um dos efeitos de sentidos que pode ser construído a partir deste texto é a constituição da verdade em vigor no Ano Internacional do Deficiente para lançar o olhar sobre as práticas vigentes no passado. Isso porque a verdade de uma época, enquanto sistema de exclusão, apoia-se, segundo Foucault (2007, p. 17), em um suporte institucional; é reconduzida por um conjunto de práticas e pelo “modo como o saber é aplicado a uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (FOUCAULT, 2007c, p. 17). Logo, a verdade sobre a deficiência construída no período de publicação do jornal tende a exercer um poder de coerção sobre os outros discursos, orientando e fundamentando possíveis julgamentos sobre a vontade de verdade de outras épocas e lugares, numa tentativa de apagamento da monstruosidade para atender à ordem do olhar vigente.

4 O monstro que emociona

“Sonhava em ter uma menina, linda e maravilhosa e quando eu descobri que era uma menina foi uma alegria. Quando ela nasceu lá na maternidade eu percebi que ela era diferente. Ela chorava muito, era muito mole. Quantas vezes se recusavam a sentar perto de mim porque eu tava com um bebê estranho, que babava. Quando a Jéssica era pequena ela descia pra brincar e eu ouvia lá de cima falar assim “sai daqui monstro”. Eu só descobri que a Jéssica tinha alguma coisa quando ela tinha 7 anos. Eu estava no corredor de um hospital, passou um médico americano e falou “Síndrome de Williams”. O que

eu fiz com ela: eu isolei todas as dificuldades que ela tinha e comecei a trabalhar com as qualidades. E as qualidades dela superaram as dificuldades. Essa é a Jéssica, essa e que é a minha lição de vida, como eu falei. Se hoje eu sou assim uma pessoa que conseguiu pensar em política pública para as pessoas com deficiência., trabalhar tudo isso, a Jéssica que é culpada de tudo. Essa que é a culpada de tudo”.

(Jô Nunes (Transcrição do depoimento veiculado na novela *Viver a Vida*, 2009)

O depoimento acima se trata de um relato veiculado na novela *Viver a Vida*, em 2009. Destacam-se algumas descrições de Jéssica, a menina com Síndrome de *Willians*, como “diferente”, “mole”, “estranha”, “que babava” e “monstro”. Esses componentes criam um efeito de contraste com a ideia de pureza geralmente associada às crianças. Nota-se como o tratamento simbólico da monstruosidade sobre o corpo anormal ganha visibilidade nas práticas cotidianas atuais. Essa memória discursiva de um regime particular de visibilidade é recuperada ao se entrar em contato com uma pessoa que foge dos padrões normais. Esse estranhamento, que a mãe relata, constitui-se de uma estratégia que pode provocar efeitos de emoção e admiração.

O depoimento também encontra suporte nas fotos exibidas em segundo plano. São fotografias em preto e branco, com um efeito esfumado, que ilustram alguns trechos e indicam um efeito de memória. Os momentos retratados se referem ao passado: a infância, os filhos e na maior parte deles, Jéssica é mostrada em situações “normais”, muitas vezes ao lado de pessoas da família. O uso dessas fotografias, nesse caso, dá visibilidade àquilo que muitas vezes a sociedade não aceita e evoca a felicidade, um efeito de alegria no passado. Jéssica, por exemplo, nas fotos, não parece ser um monstro como as pessoas diziam.

Nota-se que Jô (a mãe de Jéssica), apesar de usar a primeira pessoa do singular para relatar suas experiências, representa uma coletividade. Como mãe de uma criança com deficiência, ela descreve práticas que acontecem no dia a dia com milhares de pessoas que vivem situações parecidas com as delas. São exemplos para os deficientes e os não-

deficientes. Esse fato sinaliza, assim, práticas preconceituosas que ainda existem na sociedade, como a monstruosidade e a desesperança quanto ao futuro de sucesso de uma pessoa com deficiência, manifestada pela sociedade. Entretanto, importa destacar que a composição linguística e imagética do relato provoca um efeito de que as qualidades superaram as dificuldades. Apesar da tristeza diante do desestímulo do outros, a mãe encontra mecanismos de defesa para superar as dificuldades e para provar que são capazes de crescerem com a tristeza.

Ao lançar um olhar arqueogenealógico para a historicidade do corpo com deficiência, é possível acionar a monstruosidade do corpo como um dispositivo (não)discursivo do olhar que ultrapassa seus limites temporais, e por meio de suas práticas constituem a identidade do sujeito com deficiência. Ressalta-se, também, a articulação linguística de denominação do sujeito com deficiência. A palavra “monstro” tem o poder de desviar o conceito de um domínio ao outro, de uma ordem para outra. Apesar de constituir o vocabulário da língua portuguesa, essa expressão é utilizada em determinadas condições de produção formando outros sentidos, que participam da tentativa de retomada da memória discursiva de séculos anteriores. É curioso, porém, que apesar de retomar a memória da monstruosidade do corpo, a prática é outra: se antes admirava-se a característica incomum, chegando a pagar para ver um monstro ou até mesmo levar uma recordação desse encontro, hoje a prática volta-se para o repúdio, a rejeição explícita. E ao mesmo tempo, essa prática de exclusão é tomada como um mecanismo para estimular o sentimento de pena, indignação, e porque não, de remorso do espectador.

5 Tecendo efeitos de conclusão

Diante do que foi exposto, vislumbramos que o dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso especializa a compreensão do mal-estar causado pelo contato com o corpo deficiente na contemporaneidade, que de alguma forma atualiza a memória discursiva do corpo monstro.

O corpo deficiente carrega uma memória de monstrosidade que afeta o modo como o sujeito constrói a significação em uma determinada situação discursiva e como sua imagem é construída. Nesse processo, a deficiência não é identificada apenas pelo corpo, mas esse sujeito passa a ser identificado por símbolos distribuídos em espaços específicos, que podem, assim, ser ressignificados. O corpo é, portanto, superfície que possibilita o exercício do poder, suporte e produtor de imagens, ou seja, materialidade discursiva que produz identidades. É através dele que se exerce o dispositivo da inclusão/exclusão.

Tal realidade social torna o corpo deficiente problemático: o processo de identificação é visto como uma construção mutável, instável, descentralizada e inacabada, que adquire sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos por meio dos quais são representados (WOODWARD, 2000). Esses sistemas atribuem sentido à gama de possibilidades oferecidas pelas relações sociais e, envolvidos em relações de poder, definem quem é incluído e quem é excluído. Logo, a relação com o sujeito deficiente é contestável à medida que é produzida por aqueles que detêm os canais de produção e circulação de sentidos.

Por fim, nesse domínio de batalha entre diferentes posições, a negociação coletiva polemiza identidades e propicia brechas para o confronto. A identidade traz consigo relações sócio-históricas, ou seja, o sujeito é identificado pelas relações de saber-poder entre instituições e técnicas de disciplinarização e regulamentação, materializadas em enunciados efetivamente pronunciados em determinada época. São essas práticas discursivas que fazem da identidade do sujeito com deficiência um efeito, uma construção que escapa à mera caracterização biológica.

REFERÊNCIAS

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Tradução Estela dos Santos Abreu e Cláudio C. Santoro. Campinas: Papirus, 1993 (Coleção Ofício de Arte e Forma).

COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain; VIGARELLO, Georges. **História do corpo 3**. Tradução e revisão Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2008.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte da memória? In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. 2.ed. Campinas: Pontes Editora, 2007. p. 23-37.

FOLHA DE S. PAULO. **Folhetim** – Deficientes físicos - nem inúteis, nem coitados. São Paulo: Folha de S. Paulo, 1981.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 15.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007 (Coleção Leituras Filosóficas).

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

POLACOW, Patrícia Ozores. **O caderno Folhetim e o jornalismo cultural da Folha de S. Paulo (1977 – 1989)**. Tese (doutorado). Universidade Metodista de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, 2007.

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na História do mundo de ontem e hoje. São Paulo: Cedas, 1987.

SILVA, Érica Danielle Silva. **Movimentos identitários e os políticos de inclusão na mídia**: a (d)eficiência em tela. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-102.

*Recebido em maio de 2012
Aprovado em Junho de 2012*

SOBRE A AUTORA

ÉRICA DANIELLE SILVA doutoranda em Letras na Universidade Estadual de Maringá – UEM (Capes) e tutora a distância no curso de Letras da modalidade de Educação a Distância na mesma universidade. Integra o GEDUEM – Grupo de Estudos do Discurso da UEM, inscrito no CNPq. Mestre em Estudos Linguísticos, na linha de pesquisa "Estudos do Texto e do Discurso", pela mesma universidade (2010).

E-mail: erica_dsilv@yahoo.com.br